

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.600 - MG (2019/0283652-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : J J C
ADVOGADO : ANTÔNIO MARQUES CARRARO JÚNIOR - MG085039
RECORRIDO : M A D A C C F
ADVOGADO : MARLI APARECIDA DA CUNHA CHAVES FILHA - MG139284N
INTERES. : J A C - ESPÓLIO
INTERES. : G F C - ESPÓLIO
REPR. POR : J J C - INVENTARIANTE
ADVOGADO : ANTONIO MARQUES CARRARO JUNIOR - MG085039N

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INVENTÁRIO. DOAÇÃO. COLAÇÃO. NECESSIDADE. REVISÃO. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PROCESSO DE INVENTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. DECADÊNCIA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por J. J. C., com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 118):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FAMÍLIA. INVENTÁRIO. DOAÇÃO DE BENS. LIBERALIDADE INTER VIVOS EM FAVOR DE UMA HERDEIRA. COLAÇÃO DE BENS. NECESSIDADE. EXPRESSA PREVISÃO LEGAL (ART. 2.002 CC/02). RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Nos termos do art. 544 c/c Art. 1.789 do CC/02, inexistem óbices para que o ascendente efetue doações em favor dos descendentes, porém, referida liberalidade importa em adiantamento de herança e não pode ultrapassar a metade dos bens pertencentes ao autor da herança.

2. Constatada a ocorrência de doações efetivadas em vida pelo ascendente a apenas um dos herdeiros, nos termos do art. 2.002 do CC/02, aberta a sucessão, ao beneficiado compete a obrigação de apresentar referidos bens, para fins de conferência, com vistas a

possibilitar que se igualem as legítimas.

3. A determinação para que sejam trazidos à colação os bens doados pelo de cujus decorre de expressa previsão legal, não havendo que se falar, por ora, e no bojo do presente inventário, em higidez das doações e, tão pouco em decadência do direito de questionar referidas liberalidades.

Opostos embargos de declaração, o aresto objurgado foi integralizado pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 137):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NA DECISÃO EMBARGADA. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Não se devem acolher embargos de declaração quando, a pretexto de integrar ou esclarecer o julgado anterior, sanando eventual contradição, omissão ou obscuridade, buscam, na verdade, reformá-lo.

Nas razões recursais, a recorrente alega violação aos arts. 179 e 2.002 do CC/2002; e 489, § 1º, IV, 612 e 641, § 2º, do CPC/2015.

Defende a existência de deficiência na fundamentação, uma vez que o acórdão recorrido não expôs, de forma clara e precisa, os motivos pelos quais não examinou a existência de decadência do direito pleiteado pela parte recorrida.

Sustenta ser inviável a determinação da colação de bens adquiridos onerosamente.

Aponta que o automóvel foi onerosamente adquirido e, portanto, não pode ser enquadrado como doação.

Assevera que a anulação de contrato de compra e venda, por exigir dilação probatória, não pode ser realizada pelo rito aplicado ao processo de inventário.

Afirma que o direito pleiteado pela recorrida está eivado de decadência, pois, entre a conclusão do negócio jurídico de aquisição do automóvel e a interposição do pedido de colação, transcorreu prazo superior a 2 (dois) anos.

Sendo assim, requer o provimento do presente apelo excepcional.

Contrarrazões às fls. 165-174 (e-STJ).

Decisão de admissibilidade às fls. 175-176 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No apelo excepcional, a primeira tese defendida pela recorrente refere-se à deficiência na fundamentação do acórdão no tocante à incidência da decadência do direito pleiteado pela recorrida.

Todavia, não obstante a irresignação, constata-se não merecer acolhimento a insurgência.

Analisando os autos, verifica-se que o aresto impugnado encontra-se devidamente fundamentado quando reconhece a impossibilidade de exame da decadência por meio do agravo de instrumento interposto.

Confira-se (e-STJ, fl. 121):

Dito de outro modo, o requerido pela agravada e deferido pelo ilustre juiz restringe-se à necessidade de trazer à colação os bens doados pelo de cujus a apenas uma das herdeiras, cumprindo estritamente o que determina a legislação vigente, não se apresentando possível, por ora e no bojo do presente inventário, discutir a higidez das doações e, tão pouco, a ocorrência ou não de decadência do direito de questionar referidas liberalidades.

Nos termos da jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Desse modo, tendo o Tribunal *a quo* motivado adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, não há que se afirmar que a Corte estadual apresentou deficiência na fundamentação apenas pelo fato de ter o aresto impugnado decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. COTAS CONDOMINIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMÓVEL ARREMATADO EM HASTA PÚBLICA. INFORMAÇÃO NO EDITAL ACERCA DA EXISTÊNCIA DE DÉBITOS CONDOMINIAIS. CARÁTER 'PROPTER REM' DA OBRIGAÇÃO. RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE. SUCESSÃO NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO. CABIMENTO.

1. Controvérsia em torno da possibilidade de inclusão do arrematante no polo passivo da ação de cobrança de cotas condominiais na fase cumprimento de sentença.

2. Em recurso especial não cabe invocar ofensa à norma constitucional.

3. Os arts. 204 e 206, § 5º, I, do CC não contêm comandos capazes de sustentar a tese recursal, atraindo o óbice da Súmula 284/STF.

4. Não há violação aos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II e § único, II, do CPC quando a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

5. Em se tratando a dívida de condomínio de obrigação "propter rem", constando do edital de praça a existência de ônus incidente sobre o imóvel, o arrematante é responsável pelo pagamento das despesas condominiais vencidas, ainda que estas sejam anteriores à arrematação, admitindo-se, inclusive, a sucessão processual do antigo executado pelo arrematante.

6. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1672508/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ROMPIMENTO DE CABOS DE FIBRA ÓPTICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 489, § 1º, INCISO IV, do CPC DE 2015. ACÓRDÃO RECORRIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. "Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1401383/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019)

Quanto à colação do bem, o Tribunal de origem expôs os seguintes argumentos (e-STJ, fls. 120-121):

Da leitura dos dispositivos transcritos é possível concluir que, embora inexista óbice quanto a possibilidade de o ascendente efetuar doação a seus descendentes, referida liberalidade importa em adiantamento de herança, caso não dispensada a colação (art. 2.005 do CC/02), bem como encontra limitação quanto ao volume de bens disponíveis se existirem herdeiros necessários, pois, nesse caso, o autor da herança deverá preservar a metade de seus bens sob pena de as doações serem consideradas inoficiosas.

O art. 2.002 do CC/02, por sua vez, estabelece a obrigatoriedade de os descendentes beneficiados por eventual doação, efetuarem a colação dos bens recebidos a fim de possibilitar que se igualem as legítimas quando concorrerem à sucessão de ascendente comum, vejamos:
[...]

Conforme se observa, aberta a sucessão e existindo bens 'doados' em vida pelo de cujus aos seus descendentes, a estes a legislação impõe a necessidade de apresentar referidos bens para fins de conferência e, nesses termos, a agravada não beneficiada formulou o pedido que, acolhido pelo magistrado a quo, ensejou a interposição do presente recurso.

Dito de outro modo, o requerido pela agravada e deferido pelo ilustre juiz restringe-se à necessidade de trazer à colação os bens doados pelo de cujus a apenas uma das herdeiras, cumprindo estritamente o que determina a legislação vigente, não se apresentando possível, por ora e no bojo do presente inventário, discutir a higidez das doações e, tão pouco, a ocorrência ou não de decadência do direito de questionar referidas liberalidades.

Do excerto acima transcrito, depreende-se que o Tribunal estadual, com base na legislação vigente, considerou adequada a determinação da colação do bem, diante da doação efetuada pelo *de cujus* à recorrente.

Nos termos da jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, é impositiva a conferência das doações efetuadas por ascendente comum a herdeiro, a fim de se igualarem as legítimas.

Assim:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO E PARTILHA. INTEMPESTIVIDADE. DATA DE AFERIÇÃO DO PRAZO. PROTOCOLIZAÇÃO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO,

CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS INFRINGENTES. CABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. COLAÇÃO. OBRIGATORIEDADE IMPOSTA APENAS AOS DESCENDENTES QUE CONCORREM À SUCESSÃO DE ASCENDENTE COMUM. ART. 2.002 DO CC/2002. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Conquanto o STJ admita a utilização do protocolo integrado, para a aferição da tempestividade do recurso especial deve ser observada a data da protocolização no Tribunal de origem, e não a data da postagem do recurso na agência de correios (Súmula 216/STJ).

Precedentes.

2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração. Para que fique caracterizada a negativa de prestação jurisdicional, a omissão apontada deve ser relevante para o deslinde da controvérsia.

3. Os embargos infringentes são cabíveis quando se constatar a existência de desacordo entre as conclusões dos votos dos julgadores. "Diante de dúvida, fundada em bons argumentos de lado a lado, a respeito da questão de cabimento de Embargos Infringentes, devem eles antes ser admitidos do que negados, para que não se frustre, por incidente, ao exaurimento da prestação jurisdicional" (REsp 1.190.753/RJ, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 21/05/2012).

4. A ausência de decisão acerca de dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o exame da insurgência.

5. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado impede a apreciação do recurso especial quanto ao ponto.

6. O art. 2.002 do CC/2002 estabelece a obrigatoriedade de conferência das doações recebidas do autor da herança apenas em relação aos descendentes que concorrem à sucessão de ascendente comum, no intuito de que se igualem as legítimas.

7. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.

8. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

9. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

10. Recurso especial interposto por Irene Nunes da Silva e outro não conhecido.

11. Recurso especial interposto por Yonne Pereira Nunes - espólio não provido.

(REsp 1284828/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2012, DJe 11/12/2012)

Logo, concluindo o Tribunal de origem pela existência de doação e a

necessidade de colação do bem antecipadamente repassado pelo ascendente falecido à recorrente, mostra-se acertada a decisão, a qual se encontra em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior.

Ademais, entendendo o Tribunal local pela constatação da doação em vida de bem a um dos descendentes do genitor falecido, não há como ser afastado o fundamento adotado, pois, para tanto, seria preciso o revolvimento de fatos e provas, vedado pela Súmula 7/STJ.

Noutro ponto, no tocante à anulação do contrato de compra e venda dos bens requeridos na colação, defendeu a recorrente que o processo de inventário não constitui o meio adequado para discussão do desfazimento do negócio jurídico, visto que dependente de extensa dilação probatória incompatível com o juízo inventariante.

Ocorre que, analisando os fundamentos expostos no acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal estadual expôs, de forma clara e precisa, que a demanda trazida a juízo referia-se apenas ao pedido de colação de bens doados em vida pelo genitor falecido a uma das herdeiras, não sendo possível, nos autos do inventário, o debate sobre a legalidade das doações efetuadas, nem a respeito do transcurso do prazo decadencial.

Confira-se (e-STJ, fl. 121):

Dito de outro modo, o requerido pela agravada e deferido pelo ilustre juiz restringe-se à necessidade de trazer à colação os bens doados pelo de cujus a apenas uma das herdeiras, cumprindo estritamente o que determina a legislação vigente, não se apresentando possível, por ora e no bojo do presente inventário, discutir a higidez das doações e, tão pouco, a ocorrência ou não de decadência do direito de questionar referidas liberalidades.

Desse modo, diante dos argumentos expostos no aresto impugnado, constata-se inexistir interesse de agir da recorrente no exame da tese debatida no recurso especial, uma vez que o *decisum* recorrido não ofertou pronunciamento judicial contrário à sua pretensão.

Quanto à existência de decadência pelo transcurso do prazo de 2 (dois) anos entre a conclusão do negócio jurídico e o pedido de colação, conforme exposto no trecho do acórdão recorrido acima mencionado, a Corte estadual entendeu não ser possível a análise,

Superior Tribunal de Justiça

nos autos do inventário, da incidência da decadência.

Nesse íterim, verifica-se que a recorrente, ao expor seu inconformismo, não cuidou de impugnar o fundamento mencionado no acórdão recorrido, situação que faz incidir a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial para, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator